

18 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Ministro do STJ liberta oito suspeitos da Publicano

Para o promotor de Justiça, investigação sobre o esquema de corrupção na Receita Estadual fica enfraquecida com a soltura dos auditores fiscais

Luis Fernando Wiltemburg
Reportagem Local

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu ontem habeas corpus (HC) para oito dos acusados da segunda fase da Operação Publicano, deflagrada no último dia 10 pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Basicamente, as defesas argumentam que uma delação não pode servir como base para decretar prisão preventiva. As decisões monocráticas partiram do ministro Sebastião Reis Júnior, da Sexta Turma do STJ. Os despachos ainda não haviam sido publicados até o fechamento da edição.

O primeiro a ter HC concedido foi o auditor fiscal de Londrina Marco Antonio Bueno, mas também foram beneficiados com a liberdade Laércio Rossi, Milton Antonio de Oliveira Digiacomo e Sérgio Paula de Souza Quaresma. Todos estavam presos na Penitenciária Estadual de Londrina 2 (PEL 2).

“Há muitos elementos concretos para a manutenção (das prisões)”

Outros nove pedidos de extensão do HC para onze pessoas envolvidas foram feitos com base no despacho favorável a Bueno.

Segundo o advogado dos quatro, Walter Bittar, o pedido foi feito com base em três pontos principais: a ausência de um fato novo que enseje a prisão preventiva, a impossibilidade da privação de liberdade baseada em delação e a inexistência do risco de fuga.

O advogado dos auditores fiscais de Curitiba Clovis Agenor Rogge e Lidio Franco Sanways Júnior, Rodrigo Sanches Rios, afirmou ontem que o pedido que viabilizou o HC para ambos tem como argumentação a atemporalidade dos fatos e a utilização de uma medida excepcional (prisão temporária) com base em delação, enquanto outros expedientes poderiam ser adotadas. “A delação é um indício, mas tem que consolidar com outras provas, e há uma série de medidas que poderiam ser adotadas antes, como ouvir os

suspeitos, afastamento da função e tomar os passaportes”, diz o advogado.

Os auditores de Curitiba Jaime Kiochi Nakano e Gilberto Favato também foram beneficiados com os despachos do ministro do STJ, mas o advogado deles, Rafael Guedes, não foi encontrado para comentar a argumentação.

PROMOTOR LAMENTA

Para o promotor de Justiça, Renato de Lima Castro, a investigação sobre o esquema de corrupção na Receita Estadual fica enfraquecida com a soltura dos auditores fiscais. Segundo ele, mesmo depois da deflagração da primeira fase da operação Publicano, houve “reiteração criminosa” e a identificação de “pessoas que atuavam nos bastidores ameaçando eventuais colaboradores” do Ministério Público.

CONTINUA

18 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Castro afirmou que as prisões deveriam permanecer até o encerramento das investigações, com o oferecimento da denúncia criminal. "Temos inúmeros fundamentos, várias delações premiadas, colaborações de empresários que foram vitimizados ou mesmo participaram de uma forma pró-ativa dessa organização criminosa, distribuindo dinheiro para esse grupo que está encrustado na Receita Estadual. É fato que há muitos elementos concretos para a manutenção (das prisões)." (Colaborou Edson Ferreira)

Sincolon apoia apuração e pede punição de fiscais

O Sindicato dos Contabilistas de Londrina e Região (Sincolon) se manifestou ontem em apoio às investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) que desmantelou um esquema de corrupção dentro da Receita Estadual de Londrina e defendeu a punição dos envolvidos que tenham a ser condenados. A segunda fase da operação Publicano, deflagrada na semana passada, investiga 11 contadores suspeitos de participar do esquema.

A nota oficial distribuída ontem é assinada por Geraldo Sapateiro, presidente da entidade que representa 3.737 contabilistas em 57 cidades da região. "Os maus profissionais, não só contadores, de forma justa e legal, devem ser expurgados de nossos meios, para a construção de uma sociedade melhor", diz o documento.

Ainda de acordo com a nota oficial, a categoria é regulada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e, nos estados, por conselhos regionais. Além disso,

também há um código de ética que determina a conduta dos profissionais e prevê punições por infrações.

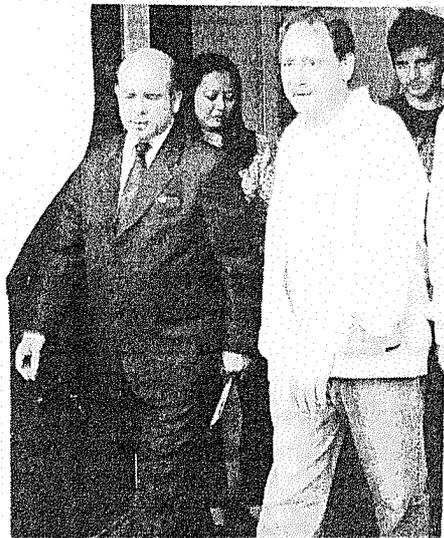
Segundo o Gaeco, o auditor fiscal Marco Antonio de Souza disse, em delação premiada, que a maior parte das empresas que pagavam propina faziam o intermédio com o auditor fiscal por meio dos contadores e que o próprio auditor preferia esse contato porque "sentia-se mais seguro ao lidar com contadores".

Souza também teria dito que a maior parte destes profissionais ficavam com uma parte da propina, chegando a até 10% do valor.

No dia 13 de maio, o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná solicitou informações ao Gaeco sobre os contadores envolvidos na investigação para encaminhar para análise do conselho de ética da categoria. De acordo com a presidente Lucélia Lecheta, os processos podem resultar em advertência reservada, censura pública, suspensão por tempo determinado do exercício da profissional e cassação do registro. (L.F.W.)

FOLHA DE LONDRINA

Abi mantém silêncio no Gaeco



18 JUN 2015

Considerado o "gestor político" do esquema fraudulento na Receita Estadual de Londrina, empresário Luiz Abi Antoun chegou ao Gaeco sem algemas

Edson Ferreira
Reportagem Local

O empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB), ficou em silêncio ontem durante depoimento ao delegado do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Alan Flore. Apontado como "gestor político" do esquema de corrupção na Receita Estadual pelo delator Luiz Antonio de Souza, Abi está preso preventivamente na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL), desde a última quinta-feira, quando se entregou.

É a segunda vez que Abi é levado ao Gaeco, suspeito de comandar ações criminosas envolvendo recursos públicos. Abi já responde ação penal na 3ª Vara Criminal de Londrina, acusado de fraude na contratação da própria oficina pelo governo para manutenção da frota estadual, conforme a operação Voldemort.

Na investigação da Receita, Abi e o ex-inspetor geral do órgão no Paraná, Márcio Albuquerque de Lima, que também está preso, seriam os líderes do esquema, segundo a delação Souza, revelada em partes pelo seu advogado, Eduardo Ferreira.

Ontem, além de Abi, outros 33 presos estiveram na sede do Ministério Público (MP) do Paraná. Somente ele e os dois advogados (José Aparecido Camargo e o filho, Fabrício Camargo) que estão detidos em uma sala do Estado Maior, no Corpo de Bombeiros, chegaram sem algemas, conduzidos por agentes do Gaeco. Todos os outros que estão na Penitenciária Estadual de Londrina, unidade 2, estavam algemados e foram transportados em um micro-ônibus da Polícia Militar.

De todos os suspeitos, os 34 presos na segunda fase na operação Publicano levados ontem ao MP, apenas o advogado e o auditor aposentado

José Aparecido Camargo abriu mão do direito de permanecer em silêncio. "Eu não posso comentar o mérito do que foi falado, para não prejudicar a investigação", resumiu o delegado Alan Flore. Os advogados de Abi não quiseram falar com a imprensa. Camargo, enquanto deixava o MP, disse apenas que não havia esquema de corrupção na Receita.

Para hoje é esperada uma nova sequência de depoimentos.

CONTINUA

18 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

ADVOGADOS RECLAMAM

O advogado do auditor fiscal Claudiné de Oliveira, Antonio Carlos de Andrade Vianna reclamou da dificuldade para ter acesso à íntegra do processo e, por isso, orientou o cliente a permanecer em silêncio no depoimento. Ele cobrou “mais agilidade” do juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, para despachar sobre os pedidos da defesa. Outros defensores, embora não tenham gravado entrevista, fizeram coro a Vianna, justificando a posição dos clientes de não dar declarações ao MP.

A reportagem entrou em contato com a assessoria do magistrado, mas ele não quis se pronunciar.

18 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Ansiedade justificável

Delação premiada, como acentuou o novo ministro Luiz Fachin, não é prova, mas indício. Mas a preocupação dos advogados do governador em obter no STJ alguma medida cautelar que corte a onda de suspeição é insistente. Tanto que semana passada o ministro relator do processo, João Otávio de Noronha, negou a liminar pleiteada, repetindo entendimento da 3ª Vara Criminal de Londrina, segundo o qual não há indiciamento formal de Beto Richa, apesar das referências nos noticiários, um tanto quanto vagas.

Percebe-se que a preocupação é com o impacto da mídia, mormente a nacional, em torno da operação Publicano, na qual pessoas ligadas (entre elas até um parente remoto) ao governador estão enquadradas. Uma das preocupações mais recentes foi a de acentuar que os desvios na Receita Estadual são de longa data, de 1985, gestão José Richa, seu pai, mas que se tornaram endêmicos agora, como se detectou no desdobramento das investigações e diligências do Gaeco.

Advogados do governador têm razão em buscar esse tipo de remédio, dado o fato de se reproduzirem, seguidamente, informes e suposições que alcançam o governador e a sua esposa, causa essencial da contratação do criminalista René Ariel Dotti que está à espera de uma decisão conclusiva do relator uma vez que este pediu informações à 3ª Vara Criminal de Londrina e ao Gaeco.

O governador está num inferno astral: revelada a quebra do Estado introjetada em seu primeiro mandato e estabelecida a crise política no choque com os professores e servidores públicos em geral e, somado tudo isso ao ajuste fiscal e à recessão, dá para perceber que não há gabinete de crise, por mais talento que tenha, capaz de sair-se bem da empreitada. A dificuldade em fazer andar, apesar da maioria tranquila que detém no Legislativo, o projeto de aumento dos servidores estaduais dá bem a medida da situação.

Missão Fachin

Entre os 1.400 processos que estão aos cuidados do ministro anteontem empossado, Luiz Fachin, há um do Paraná: uma reclamação do advogado Cid Campelo que tentava impedir a posse de Mauricio Requião no Tribunal de Contas no processo 93/75. E isso se dá justamente agora quando o Tribunal de Justiça por três vezes adiou decisão em torno da pretensão do político em retomar o seu posto como conselheiro.

18 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Moro homologa delação de executivo

Após fazer uma série de ressalvas ao acordo de delação premiada do ex-presidente da empreiteira Camargo Corrêa Dalton Avancini e a realização de novos interrogatórios, o juiz federal Sergio Moro, que atua nas ações da Operação Lava jato, acabou homologando a peça. Isso só ocorreu depois de o réu ter prestado novos esclarecimentos. Avancini foi preso em 14 de novembro e solto em 30 de março após fechar um acordo de delação com os procuradores e delegados da Polícia Federal que atuam na Lava Jato. Avancini cumpre prisão domiciliar em São Paulo e é obrigado a usar tornozeleira eletrônica. Ele também se comprometeu a pagar uma multa de R\$ 2,5 milhões, dos quais R\$ 959 mil já foram quitados (eram os bens apreendidos pela PF). Um outro executivo da empreiteira, Eduardo Leite, revelou em acordo de delação que a empresa havia pago R\$ 110 milhões em propinas.

18 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça bloqueia contas por fraudes em licitações na Uenp

Rafael Fantin

Reportagem local

Londrina – A Justiça de Bandeirantes, no Norte Pioneiro, acatou o pedido do Núcleo Regional de Proteção ao Patrimônio Público e concedeu liminar que determina a indisponibilidade de bens e bloqueio de contas bancárias de três empresas e 15 pessoas acusadas de envolvimento em fraudes durante licitações para obras na Fundação Faculdades Luiz Meneghel, incorporada como campus pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp).

De acordo com o Ministério Público (MP), as três ações civis públicas por atos de improbidade administrativa tratam de licitações para ampliação de barracão para escritório agrícola, reforma da casa e do laboratório de piscicultura e a construção de um prédio para o departamento de Informática. O ex-reitor da Uenp e ex-diretor da fundação até 2010, Eduardo Meneghel Rando, aparece entre os denunciados pelo Núcleo Regional de Proteção ao Patrimônio Público nas três ações. Ele deixou o cargo em 2012 para tratamento de um câncer no intestino.

Entre as fraudes encontradas pelo MP, estão falsificação de documentos, como certidões negativas e publicações oficiais, falta de concorrência durante o certame e pagamentos sem empenho e liquidação, pois o local não possuía orçamento liberado

com autorização para as despesas. “Além da condenação por improbidade administrativa por lesão ao erário, o MP ainda pede a devolução integral dos recursos calculado em mais de R\$ 1 milhão em valores atualizados. Os bens e contas foram bloqueados com o objetivo de garantir os ressarcimentos futuros”, informou a promotora do Núcleo Regional do Norte Pioneiro, Kele Cristiani Diogo Bahena.

Ela lembrou que mais de 30 irregularidades são investigadas pelo MP após inspeção realizada na Uenp em 2012. “Um colégio particular funcionava dentro da universidade pública, o que já foi solucionado. Quando os casos não envolvem suspeitas de corrupção e fraude, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pode ser utilizado para regularizar a situação”, explicou. Atualmente, a promotora informou que outras investigações envolvendo a universidade seguem no MP, como a suspeita de que uma professora do campus de Jacarezinho recebia salários de doutora, quando na realidade possuía o título de mestrado.

LICITAÇÕES

Segundo as ações civis, as licitações foram autorizadas em 2009 e 2010 sem projetos e planilhas de custos. Em um dos casos, a promotoria relata que quatro empresas foram convidadas para participar do processo, sendo que

apenas a vencedora foi habilitada, apesar da documentação apresentada pelas outras construtoras participantes. “Contudo, os mesmos são adulterados e serviram apenas para ‘aparentar’ uma tentativa de competição entre os convidados, que de fato nunca ocorreu”, afirma o MP na ação. A FOLHA entrou em contato com o departamento de comunicação social da UENP, que não se manifestou sobre as denúncias até o fechamento desta edição.

18 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Ex-vereador acusado de estupro volta à prisão



Berbel voltou a ser preso, segundo o Gaeco, devido à descoberta de uma nova possível vítima menor de 14 anos

Edson Ferreira
Reportagem Local

Londrina – O ex-vereador e advogado Zaquieu Berbel, 68 anos, que responde ação penal pelo suposto crime de estupro de vulnerável, teve revogada a prisão domiciliar e foi levado para a Penitenciária Estadual de Londrina (PEL), ontem à tarde, após a decretação de um novo mandado de prisão preventiva. O motivo, segundo o delegado do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Alan Flore, é a descoberta de uma nova possível vítima, menor de 14 anos.

O delegado evitou detalhar o envolvimento de Berbel, pois a investigação corre sob sigilo de justiça, mas confirmou que pesam agora contra o ex-vereador duas ordens de prisão. “Foi decretada essa prisão em razão de uma nova denúncia contra ele.” Em

março, Berbel havia sido preso, durante o inquérito policial, acusado de manter relacionamento com uma garota por dois anos, por meio de programas sexuais. A mesma jovem, hoje com 13 anos, está grávida. Ela teria feito programas com outros réus neste processo.

Segundo Flore, Berbel não prestou depoimento ontem e deverá responder a nova acusação no processo que tramita na 6ª Vara Criminal de Londrina. Ele cumpria prisão em regime domiciliar por questões de saúde. Berbel chegou ao Gaeco com uma máscara e não falou com os jornalistas.

Zaquieu Berbel foi vereador em Londrina entre novembro de 2009 e fevereiro de 2010. O então suplente assumiu o posto deixado por Rodrigo Gouvêa, preso à época sob a acusação de manter uma funcionária ‘fantasma’ em seu gabinete.

FOLHA DE LONDRINA

Justiça manda mulher e amante dividir pensão

18 JUN 2015

São Paulo – Em decisão que envolveu um juiz federal do Paraná, a Justiça determinou que duas mulheres dividam a pensão por morte de um segurado. Uma era a esposa e outra tinha um caso extraconjugal com ele. A decisão é da Turma Regional de Uniformização (TRU) dos Juizados Especiais Federais (JEFs) da 4ª Região, que tem sob jurisdição os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Para a amante, o “concupinato impuro” não tiraria dela o direito ao benefício. A ação havia sido negada pela 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul. A mulher, então, ajuizou pedido de uniformização de jurisprudência com prevalência do entendimento do 2º Tribunal Regional de Santa Catarina, que concedeu pensão em caso semelhante. A TRU julgou procedente o pedido de uniformização, concluindo que em casos de coexistência de relação conjugal e extraconjugal, tanto esposa como companheira devem receber a pensão.

“Quando se verificam presentes alguns pressupostos tais como a afetividade, a estabilidade e a ostentabilidade, é possível presumir a boa-fé da requerente, de maneira que em tais casos não há obstáculo ao reconhecimento de entidade familiar, no modelo estruturado sob a forma de concupinato”, afirmou o relator da decisão, juiz federal Marcelo Malucelli, do Paraná.

FOLHA DE LONDRINA

LUDINEI PICELLI

18 JUN 2015

Semideuses

Está sendo gestado na cúpula do Supremo Tribunal Federal (STF) um projeto para elevar substancialmente as vantagens salariais, benefícios indiretos e autonomia para reajustar os próprios salários. Para se ter ideia do tamanho da “engorda” do contracheque dos magistrados, eis as principais reivindicações da proposta elaborada pelos ministros Ricardo Lewandowski e Luiz Fux: nova fórmula para o índice de reajuste salarial, contemplando a inflação dos últimos 12 meses, mais previsão de inflação para o ano seguinte, mais crescimento do PIB e mais um fator de “necessidade de valorização institucional da magistratura” (!?); transferência do Congresso Nacional para o STF do poder de reajustar os salários dos próprios integrantes da corte; dois salários extras para férias (um para cada período); um salário extra por produtividade, caso o magistrado julgue processos acima da cota estipulada; auxílio-creche para filhos de 0 a 6 anos; auxílio para educação dos filhos entre 6 e 24 anos; plano de saúde e pagamento integral de despesas médicas não cobertas, extensivo aos familiares; abono extra de 20% do salário para pós-graduação; três salários como auxílio-mudança; auxílio-transporte na falta de carro oficial (deslocamento residência/trabalho); auxílio por participação em banca de concurso; direito de receber simultaneamente auxílio-moradia e diárias nos trabalhos fora da base; pagamento total da despesas com o funeral do magistrado, além da continuidade dos benefícios já existentes como férias remuneradas de 60 dias, auxílios alimentação e moradia e adicional por tempo de serviço. A proposta contempla, ainda, a concessão de passaportes diplomáticos e tratamento diferenciado nos aeroportos para todos os juízes do País.

O aumento expressivo do quadro funcional é outro componente do projeto. Prevê que seja fixada a proporção de um desembargador para cada quatro juízes de primeira instância. Isso vai gerar 834 novas vagas na segunda instância e milhares de assessores e funcionários para esses

desembargadores.

Como é sabido, o salário dos ministros do STF é parâmetro para ajustar a remuneração do restante do Judiciário, do Ministério Público, refletindo, também, no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas. O Poder Judiciário é o melhor remunerado, com o custo atual de R\$ 15.093 por servidor. Os demais: Legislativo, R\$ 14.865; Executivo, R\$ 9.019 e Militares, R\$ 3.788.

A casta de servidores encastelada nos principais escalões da República está tomada por uma ganância desenfreada. Seus privilégios contrastam visceralmente com a realidade brasileira. No Legislativo o custo de um parlamentar, incluindo mordomias e assessorias, é de nos corar de vergonha, comparando-se com as nações mais ricas do planeta. No Executivo, milhares de cargos com-

missionados, a maioria ocupada por borra botas petistas, dá o tom à incompetência e ao enriquecimento rápido. E no Judiciário, onde não se investe em modernização, porque 90% do orçamento é destinado a salários, deparamos com um segmento de poder que frustra os brasileiros pela tolerância com a impunidade. Uma Justiça exageradamente lenta e um arcabouço jurídico dotado de dispositivos recursais quase

que infundáveis, a faz injusta por decidir muito tardiamente. Quando vemos o trabalho brilhante de juízes como Joaquim Barbosa e Sérgio Moro, nossas esperanças se reacendem e ainda conseguimos vislumbrar uma luz no fim do túnel. Todavia, isso deveria ser regra geral e não exceção dentro do Judiciário.

Portanto, não se justifica impactar ainda mais as contas públicas com essa proposta absurda e seus reflexos. O País está quase falido e quem deveria coibir os abusos, que grassam República afora, vai na contramão do decoro e dos anseios da população. É preciso breca essa volúpia de avançar sobre recursos públicos para atender interesses corporativos.

LUDINEI PICELLI é administrador de empresas em Londrina

66

É preciso breca essa volúpia de avançar sobre recursos públicos para atender interesses corporativos

18 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Comissão da Câmara aprova redução da maioria penal

Mudança de 18 para 16 anos em casos de crimes violentos

Se aprovada em duas votações na Câmara, proposta de mudança na Constituição segue para análise do Senado

RANIER BRAGON
DE BRASÍLIA

Em sessão fechada ao público para escapar de protestos, comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta (17) o projeto que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos para casos de crimes violentos.

O texto segue agora para votação no plenário da Câmara, provavelmente ainda neste mês. Para ser aprovado, é preciso o apoio de pelo menos 60% dos deputados (308 de 513) em dois turnos de votação. Caso isso ocorra, segue para análise do Senado.

Como se trata de emenda à Constituição, depois de aprovado pelas duas Casas do Congresso, o texto segue direto para promulgação, sem a necessidade de análise do Palácio do Planalto.

O texto, como aprovado agora na comissão, tem o objetivo de alterar a Constituição para reduzir a idade penal de 18 para 16 anos para crimes hediondos (como estupro, latrocínio e prostituição de crianças e adolescentes) ou equiparados (tráfico de drogas, tortura e terrorismo).

Vale também para homicídio doloso (quando há intenção de matar), roubo qualificado (quando há uso de ar-

será votada em plenário

ma de fogo ou quando é praticado por duas ou mais pessoas, entre outros pontos), lesão corporal grave e lesão corporal seguida de morte.

A sessão da comissão que aprovou o texto por 21 votos a 6 durou quase cinco horas e teve forte proteção da Polícia Legislativa, além de acesso permitido apenas a deputados, assessores e imprensa. Somente PT, PC do B e PDT ficaram contra o texto.

O texto é assinado pelo deputado Laerte Bessa (PR-DF), relator da comissão, mas o conteúdo tem como patrocinadores o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e a bancada do PSDB.

Cunha e tucanos fecharam acordo para derrotar o PT e o governo Dilma Rousseff, que são contra a redução da maioria penal no país.

Mais cedo, a presidente Dilma usou seu discurso em cerimônia no Planalto para reforçar a posição e prometeu lançar no próximo mês um programa de ampliação de vagas para os jovens aprendizes, como forma de "prevenir" a entrada deles no mundo do crime.

Segundo o texto, a aplicação da redução será automática para esses crimes.

Até então eles eram enquadrados no Estatuto da Criança e do Adolescente, que traz como punição máxima a internação por até três anos.

O texto aprovado determina ainda que os jovens de 16 e 17 anos cumpram pena em unidades distintas das dos presos adultos e também das dos adolescentes infratores menores de 16 anos.

União e Estados ficarão responsáveis em construir esses estabelecimentos. Não há, porém, prazo nem regras para isso nem consequências para eventual descumprimento.

CONTINUA

18 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Entenda a proposta aprovada ontem (17/6) por comissão da Câmara e a defendida

pelo governo, que tramita no Senado

 **Proposta apoiada por Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e PSDB**
Baseada em projeto do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP)

 Proposta de Emenda à Constituição reduz a maioria de 18 para 16 anos nos seguintes casos:

- > crime hediondo (como latrocínio e estupro)
- > homicídio doloso (com intenção de matar)
- > roubo qualificado (com uso de arma de fogo, entre outros pontos)
- > lesão corporal grave

CAMINHO DA PROPOSTA



Comissão

Texto aprovado ontem (17/6) por comissão especial da Câmara segue para o plenário, onde deve ser votado no próximo dia 30

 **Proposta apoiada pelo governo**
Baseada em projeto do senador José Serra (PSDB-SP)

 Projeto de lei mantém a maioria penal em 18 anos

- > Aumenta o tempo máximo de internação de menores infratores dos atuais 3 para 8 anos



Urgência

Como o projeto tramita em regime de urgência, não precisa passar pelas comissões do Senado e vai direto para o plenário



Plenário
PEC precisa de ao menos 308 (60%) dos 513 deputados a favor para ser aprovada, em duas votações



Senado

Caso passe na Câmara, a PEC seguirá para o Senado, onde será analisada pela CCJ e depois votada no plenário em duas sessões



Mudou, voltou

Se o texto sofrer alteração no Senado, terá de passar por nova votação na Câmara. Se não, pode ser promulgado pelas duas Casas



Maioria simples
Por ser projeto de lei, precisa apenas de maioria simples (41 senadores) para ser aprovado



Câmara

Se aprovado, vai à Câmara, onde pode passar por comissões antes de ir ao plenário; aprovação depende de maioria simples (257 deputados)



Presidente

Caso o projeto seja aprovado pelos deputados, o texto segue para sanção da presidente Dilma Rousseff (PT)

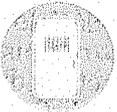
CONTINUA

18 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ARGUMENTOS SOBRE A REDUÇÃO

	CONTRA	A FAVOR
Possibilidade de mudança da Constituição 	O artigo 228 da Constituição que define a maioridade penal aos 18 anos é uma cláusula pétrea, isto é, não pode ser mudado, pois é um direito fundamental	A definição da idade penal é tema de política criminal que não deveria estar na Constituição. As cláusulas pétreas servem como garantia contra ditaduras
18 anos como marco da maioridade penal 	Jovens com idades entre 16 e 18 anos ainda não têm formação cerebral completa e maturidade suficiente para distinguir claramente o que devem ou não fazer	É desigual permitir que um jovem vote a partir dos 16 anos, mas impedir que seja punido como um adulto. Geração de hoje amadurece mais rápido que as anteriores
Sistema prisional brasileiro 	Jovens seriam alvo de facções criminosas ao serem presos com adultos. Prisões já estão superlotadas e iriam ficar ainda mais	Após a mudança na Constituição, poderiam ser construídos presídios para os jovens de 16 a 18 anos condenados por crimes
Estatísticas criminais 	Prazo máximo de 3 anos de internação é suficiente, especialmente nos casos de roubo, principal crime hoje cometido pelos adolescentes	Na prática, são poucos os jovens que ficam até 3 anos internados, aumentando a sensação de impunidade. Por isso, eles continuam a cometer crimes
Resposta à população 	Apesar de a maioria da população defender a mudança, o debate está no começo. Sociedade mudou de opinião ao discutir o desarmamento	Pesquisas mostram que a maior parte da população é favorável à redução da maioridade penal. Mudança corresponderia ao anseio popular
Contexto internacional 	Para a Unicef, órgão da ONU, a redução é uma afronta à Convenção sobre os Direitos da Criança. Brasil foi o primeiro país a assiná-la, em 1989	Convenção limita-se a vedar penas perpétuas, cruéis, desumanas, degradantes e de morte para crianças, mas não impede mudar a maioridade

18 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Janot pede ao STF que retome ação contra Ustra Coronel é acusado por sequestro na ditadura

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou parecer ao STF (Supremo Tribunal Federal) defendendo a retomada da ação penal que tramita da Justiça de São Paulo contra o coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra. Ele é acusado de sequestro e cárcere privado.

Uma decisão provisória (liminar) da ministra do Supremo Rosa Weber suspendeu a tramitação do processo na 9ª Vara Criminal da Seção Judiciária de São Paulo porque a defesa do coronel questiona se o crime de sequestro está abrangido pela Lei da Anistia.

Ao STF, o procurador-geral argumenta que a ação penal "não afronta em nada" o que já foi decidido pelo Supremo sobre a Lei de Anistia.

Janot pediu urgência no julgamento, já que o sequestro ocorreu em 1971 e, por isso, testemunhas e imputados estão em avançada idade.

O coronel foi denunciado pelo Ministério Público Federal pelo desaparecimento de Edgar de Aquino Duarte, fuzileiro naval expulso das Forças Armadas, que teria sido sequestrado por agentes do Dops (Departamento de Ordem Política e Social).

Ustra foi comandante do DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna) do 2º Exército entre 1970 e 1974. (MÁRCIO FALCÃO)

PAINEL

Na roda Gilmar Mendes deve liberar nesta quinta-feira o voto no processo sobre descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal. O STF só deve julgar o caso no segundo semestre.

Tio Sam Dias Toffoli, presidente do TSE, quer aproveitar a discussão da reforma política no Congresso para discutir uma lei que altere a escolha de candidatos a cargos majoritários no país. Ele cita como exemplo as primárias e os "caucus" dos EUA.

Doze badaladas Edson Fachin e o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, deixaram juntos o coquetel de homenagem ao novo ministro, pouco depois da meia-noite. O novato queria se poupar para a estreia na sessão plenária, horas depois.

Menos é mais Fachin não quis banda nem música alta na festa, só som ambiente: Gaúcho, serviu vinhos da região de Bento Gonçalves (RS) com selo da Embrapa.

PAINEL DO LEITOR

Majoridade penal

Não acho que reduzir a maioria penal com Judiciário falho como o nosso seja a solução para os problemas de criminalidade ("Após acordo, redução da idade penal deve avançar", "Cotidiano", 17/6). Nossas cadeias mal suportam os presos que já estão lá. Levar um adolescente para uma penitenciária, sem a mínima estrutura para a reintegração do jovem, irá apenas agravar esse problema. A prioridade deve ser maior acesso à educação para que a violência não seja um caminho decorrente da falta de opções. O que o presidente da Câmara e grande parte da população procuram é uma solução para o efeito, não para a causa.

SAMUEL JONATHAN DA SILVA PEREIRA
(Sumaré, SP)

GAZETA DO POVO

18 JUN 2015

» VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA

50% das vítimas foram abusadas por familiares



CONTINUA

18 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Dados são do Disque 100 e se referem ao Paraná. Em Curitiba, a impressão de quem lida todos os dias com o problema é de que o número de casos está crescendo

| Felipe Aníbal

Os irmãos Carlos* e Carolina*, de 10 e 12 anos de idade, carregam traumas difíceis de serem superados. Eles cresceram em um ambiente em que, por anos a fio, foram estuprados quase que diariamente. O mais grave: a violência sexual era cometida pelos próprios pais. Dados do Disque 100 — canal de denúncia da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República — apontam que casos como este estão longe de ser exceção. Em mais de 50% dos registros do Paraná, os abusadores eram familiares das vítimas. Em menos de um quinto das ocasiões, a violência foi cometida por desconhecidos.

Em razão dessa proximidade, quase sempre — em 68% das ocorrências — os abusos foram cometidos ou na casa em que as crianças moram ou na residência do estuproador. O fato de o abusador, em geral, ser alguém do convívio das vítimas contribui para que muitos casos fiquem ocultos. Estima-se que para cada ação comprovada, 19 nem sequer sejam denunciadas — o que acaba encorajando os violentadores e fazendo com que os abusos se perpetuem.

“Existem dois perfis de vítima: a criança que têm difi-

culdade de revelar; e a criança que cresceu dentro da violência e não percebe que é vítima de abusos. O cidadão que comete este tipo de crime se vê estimulado a continuar. Com isso, há crianças que são abusadas a vida toda”, observou a promotora Tarcila Santos Teixeira.

Só em Curitiba, 1.878 inquéritos e 607 ações penais tramitavam no fim de abril na Vara de Infrações Penais Contra Crianças e Adolescentes. Mais de 80% destes casos se referiam a crimes de abusos sexuais. Dois processos são julgados por dia, mas a impressão de quem convive com essa realidade é de que os casos vêm aumentando.

No Hospital Pequeno Príncipe, referência no acolhimento a este tipo de vítima, o número de atendimentos aumentou 8% nos últimos dois anos — passou de 227 casos em 2012 para 245 no ano passado. Até maio deste ano, 70 vítimas de abuso haviam sido acolhidas pelo hospital.

“Além da violência física, essas ocorrências sempre vêm acompanhadas de um trauma psicológico. Os casos vêm aumentando e a sociedade não pode fechar os olhos para isso”, disse a médica Maria Cristina da Silveira.

Os perfis das vítimas e dos abusadores revelam que os casos estão distribuídos entre as faixas etárias. No entanto, sete em cada dez crianças que sofrem o abuso são meninas, enquanto entre os autores dos crimes quase 70% são homens. “Os casos tendem a se concentrar entre a camada social de menor renda, mas há incidência em todas as faixas. Um dos indiciados nos processos que tramitam aqui, por exemplo, é um dos homens mais ricos de Curitiba”, apontou Tarcila.

* nomes fictícios

CONTINUA

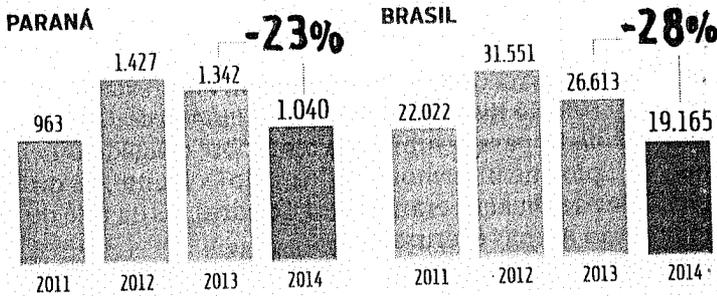
18 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

INIMIGO ÍNTIMO

Quase a metade das crianças ou adolescentes vítimas de crimes sexuais foi abusada por familiares. Veja os dados do Disque 100:



Faixa etária

Recém-nascido	1	12 a 14 anos	26
0 a 3 anos	104	15 a 17	35
4 a 7	172	18 a 24	132
8 a 11	262	25 a 30	167
12 a 14	424	31 a 35	129
15 a 17	256	36 a 40	122
Não informado	170	41 a 45	82
		46 a 50	77
		51 a 55	30
		56 a 60	38
		61 a 65	16
		66 a 70	10
		71 a 75	9
		76 a 80	2
		Não informado	402

Relação abusador e vítima*

Desconhecido	18,8	50% são da família
Pai	17,3	
Mãe	11,6	
Padrasto	11,5	
Tio	7,7	
Irmão(a)	2,2	
Vizinho (a)	7,0	
Namorado(a)	3,9	
Amigo(a)	4,7	
Outras relações	15,3	

Local do abuso Em %

Casa da vítima	38,4
Casa do suspeito	29,6
Praças e ruas	7,5
Escola	3,9
Local de trabalho	0,7
Ônibus	0,6
Igreja	0,2
Albergue	0,1
Outros locais	10,8

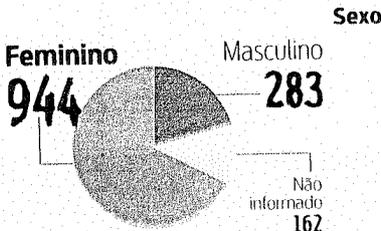
* entre os casos informados

EM CURITIBA

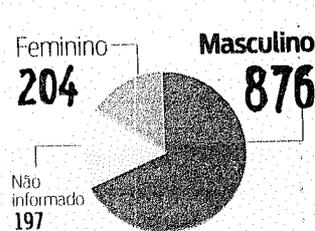
Casos comprovados que tramitam na Vara de Infrações Penais Contra a Criança e Adolescente, em Curitiba

1.878 **607**
Inquéritos ações penais
80% são de casos de abusos sexuais

PERFIL DAS VÍTIMAS NO PR

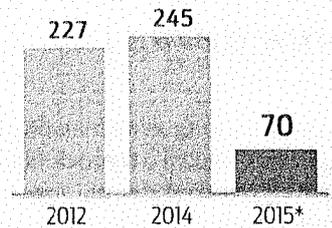


PERFIL DOS SUSPEITOS NO PR



Atendimentos

Número de vítimas acolhidas pelo Hospital Pequeno Príncipe, referência neste tipo de atendimento, aumentou nos últimos anos:



Fonte: Disque 100, Promotoria de Infrações Penais Contra Criança e Adolescente e Hospital Pequeno Príncipe. Infografia: Gazeta do Povo. *até maio

CONTINUA

"MORTE EM VIDA"

Abusos provocam traumas severos

| *Carolina – que foi abusada continuamente pelos pais – disse, em depoimento à Justiça, que sentia muito sono durante as aulas. Motivo: o pai se deitava com ela e não a deixava dormir a noite toda. A menina teve dificuldades escolares, mas este seria o menor dos traumas da garota. A Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta que a criança submetida a abusos na sua primeira década de vida fica exposta a condições futuras danosas, como depressão, alcoolismo, tabagismo, abuso de drogas ilícitas, propensão ao suicídio e comportamento sexual de risco. “É uma morte em vida. Nas audiências, mais de 80% das crianças dizem que não superaram os traumas. É algo que destrói não só a vítima, mas todo o núcleo familiar”, diz a promotora Tarcila Santos Teixeira. Por isso, a rede de apoio é importantíssima. A psicóloga Lídia Weber, professora e pesquisadora da UFPR, destaca que é imprescindível o desenvolvimento de programas escolares, de conselhos tutelares e de profissionais de saúde que lidem diretamente com as vítimas. “A psicoterapia, nesses casos, vai ajudar a criança a compreender que não é culpada [pela violência], a lidar com seus sentimentos, classificar seus valores e escolhas de vida, além de ajudá-la com crises de raiva, dificuldades de comunicação, rebaixamento de autoestima e sinais de depressão”, diz. “Em todas as confirmações [de que as crianças sofreram abusos sexuais], elas vão ter acompanhamento multidisciplinar, com psicólogo e serviço social. Mas as situações são lamentáveis e os traumas, muito severos”, disse a médica Maria Cristina Silveira.

PUNIÇÃO

Os abusos sexuais contra crianças e adolescentes se enquadram como estupro de vulnerável, que prevê penas de 8 a 15 anos de reclusão, que podem aumentar com agravantes. Os casos relatados na reportagem já foram julgados em primeira instância e os abusadores, condenados.

Crime aparece em pequenos sinais

| As crianças vítimas de abusos sexuais costumam dar pequenos sinais, que podem revelar que estão sofrendo violência.

Entre os principais sinais, a pesquisadora Lídia Weber menciona machucados não explicados, mudanças abruptas de comportamento, na alimentação ou no sono, comportamento de regressão (como voltar a fazer xixi na cama), descuido com higiene ou comportamento sexual inapropriado. Em alguns casos, no entanto, os sinais são explícitos. Os pais de Cristina* estranharam quando, de repente, a menina começou a chorar descontroladamente. A criança contou que foi abusada pelo pai da amiguinha com quem ia brincar quase que diariamente, no condomínio de luxo em que as famílias moravam.

O depoimento de Cristina* foi referendado em juízo pela filha do acusado. Ela dizia que estranhava o fato de, após saírem da piscina, o pai se trancar no quarto da amiga para enxugá-la e trocá-la.

CONTINUAÇÃO

MATERIALIDADE

GAZETA DO POVO

Depoimentos são principais provas, mas também fazem as vítimas reviver o abuso

18 JUN 2015

O abuso sexual de crianças e adolescentes tende a ocorrer de forma silenciosa. Consumado em ambiente doméstico, raramente deixa marcas físicas ou testemunhas. Por isso, os depoimentos das vítimas ainda constituem as principais provas – que têm sido decisivas para condenações. “Raramente há conjunção carnal, por isso a maioria dos crimes não deixa vestígio material”, aponta a promotora Tarcila Teixeira.

A estrutura para atendimento das vítimas está longe de ser a ideal. O prédio da Vara de Infrações Penais Contra Crianças e Adolescentes não conta com uma sala específica – adaptada com brinquedos e jogos – onde as crianças possam ser ouvidas em ambiente lúdico. As oitivas são feitas em audiência, de modo tradicional: com juiz, promotor e advogados. Um psicólogo acompanha as sessões.

“O sistema ‘revitimiza’ a vítima, porque a leva de volta a tudo que ela passou. Ela já teve que ser ouvida pela polícia e tem de repetir o calvário, relatando tudo de novo no julgamento. Ela revive o trauma”, diz a promotora.

Outra forma de prova são as avaliações psicológicas, em que uma equipe multidisciplinar, a partir de métodos psicológicos de abordagem, faz uma investigação mais completa e abrangente, não só com as vítimas, mas com familiares e na escola em que estudam. O trabalho resulta em um laudo, que serve como prova e exclui a necessidade de a criança prestar novo depoimento.

O problema é que a Vara de Infrações Penais Contra Crianças e Adolescentes de Curitiba só conta com dois psicólogos. Cada um demora uma média de dez dias para concluir um laudo. Ou seja, o “grosso” dos processos transcorre mesmo a partir dos depoimentos.

18 JUN 2015

GAZETA DO POVO

» OPERAÇÃO PÚBLICANO

Triangulação da propina teria abastecido campanha

Delator diz que propina da Receita era destinada a uma entidade de classe que, na eleição, a devolveu para os auditores fazerem doações legais a Richa em 2014. PSDB nega

LONDRINA

Fábio Silveira, do Jornal de Londrina

Em depoimento ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), o auditor fiscal preso Luiz Antônio de Souza disse que funcionários da Receita Estadual do Paraná repassariam periodicamente dinheiro obtido com propina para uma entidade representativa da categoria. Segundo o delator, no período eleitoral, a entidade teria devolvido o montante para os servidores do Fisco promoverem doações legais para a campanha de reeleição do governador Beto Richa (PSDB), em 2014.

O teor do depoimento, feito no acordo de delação premiada firmado com o Gaeco, foi informado à reportagem

pelo advogado de Souza, Eduardo Duarte Ferreira. O nome da entidade representativa de auditores estaduais não foi revelado.

A lei eleitoral proíbe que entidades representativas doem a campanhas, mas permite que pessoas possam doar a candidatos.

Reportagem da *Folha de S.Paulo* mostrou recentemente que auditores fiscais doaram cerca de R\$ 1 milhão à campanha de reeleição de Richa e a outros 25 aliados do governador no ano passado. Segundo a reportagem, dos 933 auditores, 291 contribuíram com o caixa eleitoral do governador e de aliados. Todas as doações foram registradas legalmente pela Justiça Eleitoral.

Apesar disso, a suposta triangulação para financiar a reeleição de Richa está sendo apurada pelo Gaeco. Reforçam essa suspeita dois pedaços de papel apreendidos na casa do ex-inspetor-geral de fiscalização Márcio de Albuquerque Lima, que está preso. Um dos papéis tem números de contas bancárias que seriam da campanha de Richa.

“Essa apreensão de documento [as tirinhas] se coaduna com os demais elementos

de prova já colhidos pelo Ministério Público, sobretudo a partir das declarações do delator [Souza]. Mas não quero fazer juízo de valoração sobre isso agora”, diz o promotor do Gaeco Renato Lima Castro.

Outrolado

O advogado de Márcio de Albuquerque Lima, Douglas Maranhão, afirmou que não comentaria o assunto porque precisa se “inteirar do que foi apreendido”.

Por meio de nota, o PSDB ressaltou “que todas as doações feitas para a campanha de reeleição de Richa foram voluntárias e declaradas à Justiça Eleitoral, que aprovou a prestação de contas”. O texto afirma ainda que o partido “desconhece qualquer doação que, antes de ser depositada na conta bancária da campanha, pudesse ter passado por ‘uma associação’”.

Apesar de o nome da entidade representativa dos auditores não ter sido divulgado, a reportagem procurou o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Paraná (Sindafep) e a Associação dos Funcionários Fiscais do Paraná/Regional Londrina (Affep). Mas não conseguiu contato.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DEPOIMENTO

Apontado como chefe político do esquema, Luiz Abi fica calado

Os 34 presos na segunda fase da Operação Publicano foram nesta quarta-feira (17) prestar depoimento ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Dezoito foram interrogados, mas apenas um falou: o auditor fiscal aposentado e advogado José Aparecido Camargo. O depoimento de Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB), era o mais esperado de todos, pelo fato de ser apontado como o responsável pelas indicações para cargos de chefia na Receita Estadual. Ele chegou à sede do Gaeco em Londrina sem algemas, ao contrário da maioria dos demais acusados, e não respondeu às perguntas. De acordo com o delegado Alan Flore, os outros 16 depoimentos devem ocorrer entre esta quinta (18) e a sexta-feira (19), prazo para o encerramento do inquérito. Sobre o depoimento de José Aparecido Camargo, o delegado afirmou que ele "tentou dar a sua versão dos fatos" e que as declarações devem ser "confrontadas com outras provas". Camargo conversou rapidamente com repórteres e fez uma metáfora. Disse que "reputação é mais ou menos como um travesseiro de penas". "Depois que abre e joga tudo ao vento, como é que você recupera depois?" **(FS)**

18 JUN 2015

STJ LIBERTA 4 PRESOS

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu nesta quarta-feira (17) habeas corpus a quatro presos pela Operação Publicano. Os beneficiados foram os auditores fiscais Laércio Rossi, Marco Antônio Bueno, Milton Digicacomo e Gilberto Favato. O promotor do Gaeco Renato Lima Castro lamentou a decisão do STJ, argumentando que ela vai "na contramão do momento do país".

18 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

R\$ 24 milhões rateados entre 26 pessoas. E não é loteria

Você aí, dado a jogar na loteria, certamente morreria de alegria de dividir um prêmio de R\$ 24 milhões com outras 25 pessoas, ainda que tivesse de receber a grana em parcelas de no máximo R\$ 50 mil por mês.

Pois desta alegria compartilham 26 membros do Tribunal de Contas do Paraná que, em conjunto, ganharam o direito de receber R\$ 24.418.868,81 referentes a gratificações e indenizações que não lhes foram pagas durante alguns anos da década de 1990 e durante outros da década passada.

Participam do rateio da bolada alguns conselheiros, auditores, procuradores, já aposentados ou ainda na ativa. Os mais antigos obtiveram o direito de receber mais de R\$ 800 mil em atrasados, já calculados os juros e a correção monetária. Outros, mais novos ou com menos direitos, ficam aí na casa dos R\$ 400 mil.

De onde vem essa sorte?

Apesar da linguagem hermética, quase esotérica, utilizada na documentação oficial que justifica os pagamentos, entende-se que a origem está no PAE (Parcela Autônoma de Equivalência) que deveria ser paga entre setembro de 1994 e dezembro de 1997. A essa dívida somam-se diferenças salariais relativas à incidência de adicionais por tempo de serviço durante o período de janeiro de 2005 a maio de 2006.

Para quem entende do "risgado", eis a explicação oficial dada na Informação 217/14 e constante dos autos do processo 632738/08 que tramitou no Tribunal de Contas, devidamente aprovado pelo ex-presidente Artagão de Mattos Leão:

"Enquanto que a metodologia original consignou que o valor do teto constitucional era a soma das vantagens comuns percebidas pelos Minis-

tros do Supremo Tribunal Federal, as decisões posteriores deliberaram no sentido do teto ser a somatória das vantagens comuns acrescida da PAE. Tal mudança altera o ponto 3, da metodologia contida na Informação 190/10-DEF, o que eleva significativamente os montantes inicialmente apurados e pagos. Utilizando-se, então, da mesma metodologia descrita na Informação 190/10-DEF, com a alteração contida nas decisões anexas, esta Diretoria apurou o montante extra a ser pago por esta Casa, resultando em uma soma de R\$ 24.418.868,81 (vinte e quatro milhões quatrocentos e dezoito mil oitocentos e sessenta e oito reais e oitenta e um centavos)."

Não importa que você não tenha entendido o texto. Importa que todos os meses, obedecendo ao parcelamento pactuado, a Diretoria de Gestão de Pessoas do TC emite uma folha suplementar, na qual nomina cada um dos beneficiários e o valor individual. A folha suplementar autorizada e paga no último dia 15 importou em R\$ 1.262.746,00. O maior valor pago a um dos 26 beneficiários foi para um conselheiro aposentado que viu cair na sua conta R\$ 48.993,50. O mais modesto dos servidores recebeu este mês R\$ 29.684,96.

18 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

CHOCANTE

Reintegra

A diretoria da Copel se reúne hoje para decidir sobre a reintegração do ex-funcionário Cesar Bordin, demitido em 2003 sob acusação de ter participação numa operação que teria dado prejuízo de R\$ 39 milhões à estatal. Após recorrer a várias instâncias judiciais, Bordin, foi inocentado de todas as acusações, obteve ganho de causa em maio passado. Diante do resultado, a Copel lhe propôs acordo que permite a Bordin voltar aos quadros da empresa e em seguida aposentar-se, embora com valores indenizatórios menores do que os calculados inicialmente.

Ironia 1

Parece até ironia do destino, mas entre os 1.500 processos herdados pelo recém-empossado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, está a Reclamação 9375, que visava impedir a posse de Mauricio Requião como conselheiro do Tribunal de Contas. Nomeado pelo então governador e irmão Roberto Requião, configuraria um ato de nepotismo, argumentou o advogado que impetrou a ação.

Ironia 2

Agora notem: pela primeira vez na história do Paraná, todos os políticos, adversários ou desafetos, uniram-se para que Fachin fosse indicado para o STF. O senador Requião foi um dos seus mais aguerridos defensores, mas o governador Beto Richa também trabalhou em favor do jurista paranaense.

Ironia 3

Requião, é claro, quer ver o irmão no TC, desejo oposto ao de Richa, por dois motivos: (1) o senador é seu desafeto; (2) para não colocar em risco a permanência no TC do conselheiro Ivan Bonilha, o pupilo que nomeou para a cadeira que seria de Maurício. Diante do apoio que recebeu dos dois, Fachin corre o risco de ser mal interpretado em qualquer decisão jurídica que venha a tomar.

GAZETA DO POVO

O custo do oportunismo

18 JUN 2015

Usar recursos previstos em regimento para desmanchar acordos duramente costurados, apenas com o objetivo de salvaguardar a imagem de alguns deputados perante os servidores estaduais, prejudica os próprios trabalhadores

O Paraná inteiro sabe o quanto custou o acordo para se votar o projeto de lei que concederia aumento de 3,45% aos servidores públicos do estado. O reajuste acertado deveria ser o capítulo final de uma novela iniciada no começo do ano e que envolve o esforço fiscal do estado para colocar em ordem suas contas, a greve dos professores e de várias outras categorias de servidores, a invasão do plenário da Assembleia Legislativa para impedir a votação de um projeto sobre a Parana Previdência, e o tristíssimo episódio de 29 de abril, em que confronto entre polícia e professores deixou mais de 200 feridos. O estado inteiro — não apenas os servidores, mas também aqueles que deles dependem, como os alunos da rede estadual — sofreu, e esperava-se que, uma vez acertados os termos do reajuste salarial, seria possível retomar a normalidade.

No começo de junho, governo estadual, deputados da base de apoio, da oposição e sindicatos dos servidores concordaram com um aumento de 3,45% em outubro, seguido por novos reajustes em janeiro de 2016, janeiro e maio de 2017 e maio de 2018, sempre levando em consideração a inflação dos períodos correspondentes. Os professores da rede estadual encerraram a greve, na expectativa de que a Assembleia aprovasse o aumento. O substitutivo foi enviado pelo governo no dia 8; o projeto de lei passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Alep no dia 9; e, no dia 10, foi aprovado pelo plenário em primeiro turno.

Mas, na votação em segundo turno, na segunda-feira, dia 15, deputados da oposição resolveram incluir no projeto uma emenda que colocava por água abaixo tudo o que havia sido acertado anteriormente: em vez dos 3,45% em outubro, previa aumento de 8,17% retroativo a maio e a ser pago já na folha de junho. Com isso, eles forçaram a devolução do projeto à CCJ — na prática, todo o trâmite terá de ser reiniciado, adiando ainda mais uma definição que a sociedade paranaense já

dava como certa. Na quarta-feira, dia 17, a CCJ rejeitou a emenda, mas a oposição pode apresentar recursos que levarão a votação final a ocorrer só em julho.

Deputados da base aliada desabafaram, e não há como lhes tirar a razão. “Infelizmente, é dessa forma que a oposição conduz seus posicionamentos. Eles não cumprem com a palavra, que aqui sempre valeu mais do que o está escrito”, disse o presidente da Alep, Ademar Traiano. “Muito provavelmente teremos de fazer reuniões com gravações para que todos se lembrem exatamente qual foi o papel de cada um na construção deste acordo”, afirmou o relator do projeto de lei do reajuste, o peemedebista Luiz Cláudio Romanelli.

É claro que o Legislativo precisa prever meios para que grupos minoritários sejam ouvidos e tenham seus pleitos pelo menos levados em consideração sem que sejam esmagados pela maioria. Mas usar esses recursos para desmanchar acordos duramente costurados, apenas com o objetivo de salvaguardar a imagem de alguns deputados perante os servidores estaduais, é uma atitude puramente oportunista. Pior: prejudica os próprios trabalhadores, ao adiar uma definição longamente esperada sobre o reajuste. É um custo elevado demais para a mera autopromoção.

18 JUN 2015

GAZETA DO POVO

» PARANAPREVIDÊNCIA

Governo não está pagando contrapartida a aposentados

| *Euclides Lucas Garcia*

Desde 1.º de abril, o governo do Paraná desconta do benefício de aposentados e pensionistas 11% sobre o valor que supera o teto do INSS, hoje fixado em R\$ 4.663,75. Entretanto, a contrapartida do Executivo na mesma quantia recolhida pelos inativos, estimada em R\$ 220 milhões anuais, não está sendo paga. A revelação foi feita nesta quarta-feira (17) pelo secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, na Assembleia Legislativa. A bancada de oposição já estuda medidas judiciais para garantir que o governo faça o recolhimento à Paraná previdência.

Na apresentação das contas do Executivo estadual referentes ao primeiro quadrimestre deste ano, Costa foi questionado apenas por deputados oposicionistas. Líder da bancada, Tadeu Veneri (PT) indagou o secretário se a contrapartida em relação aos aposentados e pensionistas vinha sendo feita. Para surpresa do plenário, a resposta foi não.

No Paraná, ao contrário dos outros estados do país, os inativos não contribuíam com a Paraná previdência, órgão responsável por administrar e pagar R\$ 505,4 milhões por mês a quase 107,5 mil inativos. Quando o regime previdenciário foi instituído no estado, ele

previa a cobrança de inativos. Mas ela foi suspensa porque havia conflito com a Emenda Constitucional n.º 20/98. Em 2003, a Emenda n.º 41 liberou a taxação. O então governador Roberto Requião (PMDB), no entanto, determinou a manutenção da isenção.

A volta da cobrança foi aprovada no fim do ano passado pela Assembleia. De acordo com a Lei n.º 18.370/2014, originada de um projeto de autoria do próprio Executivo, todos os poderes do estado devem dar a "respectiva contrapartida de contribuição mensal em montante igual à contribuição que arrecadar". Posteriormente, o texto foi regulamentado pelo governador Beto Richa (PSDB) por meio do Decreto n.º 578/2015.

O secretário da Fazenda, no entanto, revelou que o governo se baseia na legislação federal para não recolher a contrapartida. Para ele, a cota de contribuição do estado ao sistema previdenciário deve ser feita apenas sobre os servidores ativos, assim como faz a União. Costa defendeu ainda que a medida não interfere no equilíbrio da Paraná previdência, pois qualquer insuficiência financeira é coberta pelo Tesouro do estado. "Não há perda nenhuma para os servidores nem para os fundos", afirmou.

"Trata-se de uma irregularidade absurda, o descumprimento de uma lei que eles mesmos mandaram para cá. Além disso, o estudo atuarial da reforma da previdência se baseou na premissa de recolhimento dos inativos e também do estado", atacou Tadeu Veneri.

18 JUN 2015

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Boas-vindas



A primeira sessão do ministro **Luiz Edson Fachin (foto)** no STF teve clima de boas-vindas. O paranaense fez saudação aos pares e aos presentes no plenário. E disse que chega para integrar o colegiado da Corte com humildade.

Sobre a maioria

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná promove na sexta-feira (19), em Curitiba, um painel sobre as implicações práticas da redução da maioria penal na esfera jurídica. Quem quiser participar do debate pode se inscrever através do site www.oabpr.org.br, na seção eventos. O debate ocorre na própria sede da OAB, no Ahú, a partir das 18h30.

ENTRELINHAS

OAB debate maioria penal

A seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) debate nesta sexta-feira (19) quais são as implicações práticas da redução da maioria penal. Priscilla Placha Sá debate as implicações na esfera criminal; Ricardo Calderón aborda o tema na esfera do Direito Civil; e Maria Christina dos Santos é a convidada para falar sobre o ato infracional e o sistema socioeducativo. A organização é da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB-PR. A inscrição é gratuita e deve ser feita no site www.oabpr.org.br, na aba eventos. É na sala do Conselho da OAB (Rua Brasilino Moura, 253), das 18h30 às 22 horas.

18 JUN 2015

GAZETA DO POVO

GEROLDO AUGUSTO HAUER

Novalei da arbitragem

ARTIGO

GEROLDO AUGUSTO HAUER, sócio-fundador, G.A.Hauer Advogados Associados (geroldo@gahauer.com.br).
Colaboração: Fabiano Arcle Eppinger, G.A.Hauer Advogados Associados

A nova Lei de Arbitragem (Lei 13.129/15) foi sancionada em 26 de maio e entrará em vigor em 27 de julho deste ano. Confirmaram-se importantes alterações à lei anterior de arbitragem (9.307/1996), apesar de vetos a trechos que previam uma Câmara de Arbitragem para solucionar conflitos de questões trabalhistas e de relação de consumo.

Os vetos apresentados aos parágrafos 2º, 3º e 4º do artigo 4º da lei foram alvo de críticas, eis que significavam, teoricamente, um movimento de democratização da arbitragem, método extrajudicial de solução de conflitos, que poderia finalmente deixar de ser método de resolução de litígios "de elite". Isso traria as relações de consumo e questões trabalhistas para o âmbito arbitral.

A nova lei tem como fito a ampliação do campo de aplicação da arbitragem. Com a modernização da antiga lei, busca-se tornar a arbitragem mais acessível e, por consequência, reduzir o volume de processos que chegam à Justiça.

Segundo alguns especialistas sobre o tema, a nova legislação irá ajudar a Justiça, oferecendo alternativas de conciliação, podendo ainda promover o consenso entre as partes litigantes com rapidez, seriedade e eficácia.

Embora vetados os artigos que previam expressamente a possibilidade da resolução de conflitos do âmbito consumerista e trabalhista por meio da arbitragem, é importante ressaltar que isso não impede nem proíbe que tais questões sejam tratadas e solucionadas com a utilização desse método.

Explica-se. É que, mesmo com a vigência da antiga Lei de Arbitragem, já eram tratadas nas Câmaras especializadas em arbitragem questões e conflitos relacionados a consumo, na hipótese de o consumidor tomar a iniciativa.

E também, em relação à atuação da arbitragem na área

trabalhista, há quem afirme que, por ser considerada uma norma processual, o mecanismo pode ser aplicado às questões do trabalho, mesmo sem estar expresso na redação da nova lei.

Contudo, em tempos em que o novo Código de Processo Civil e o projeto de lei sobre mediação enaltecem os métodos extrajudiciais para solução de conflitos, seria conveniente incluir expressamente o uso da arbitragem nas questões do trabalho e de consumo.

Fora os assuntos vetados, a nova lei consolidou outras questões que também eram passíveis de discussão, como o uso do sistema pela administração pública, que passou a ter autorização expressa na norma. Ou ainda a possibilidade de as sociedades anônimas incluírem em seus estatutos sociais cláusula de arbitragem. Outra mudança interessante é a de que haverá a interrupção do período de prescrição do processo judicial na oportunidade em que o litígio seja submetido à arbitragem, mesmo que a discussão não seja analisada.

Por fim, pode-se concluir que as vetações às previsões da nova lei poderão limitar a evolução da arbitragem no país, porém, sem prejuízo aparente, visto que as questões, mesmo vetadas, poderão ser submetidas ao mecanismo da arbitragem, segundo especialistas.

18 JUN 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

JUSTIÇA

Depois de 22 dias, está suspensa a greve dos funcionários da Justiça estadual. A decisão dos servidores saiu na terça, em assembleia geral. O Tribunal de Justiça encaminhou à Assembleia Legislativa proposta que garante a reposição integral da inflação, com reajuste salarial de 8,17%. “A nossa luta se volta pra aprovação da reposição. Os servidores exigem empenho do Tribunal de Justiça pra que não aconteçam imprevistos”, ressalta Andrea Ferreira, diretora do Sindijus-PR.

18 JUN 2015

TRIBUNA DO PARANÁ CALADOS!

Presos por corrupção na Receita, incluindo primo de Richa, não abrem a boca

Fábio Silveira do Jornal de Londrina

Os 34 presos na segunda fase da Operação Publicano prestaram depoimento ontem ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Do total, 18 foram interrogados, mas apenas um falou: o auditor fiscal aposentado e advogado José Aparecido Camargo.

O depoimento de Luiz Abi Antoun, primo do governador Beto Richa (PSDB), era o mais esperado de todos, pelo fato de ser apontado como o responsável pelas indicações para cargos de chefia na Receita Estadual. Ele foi sem algemas ao Gaeco e não respondeu às perguntas.

De acordo com o delegado Alan Flore, os outros 16 depoimentos devem ocorrer entre hoje e amanhã, prazo pro



Luiz Abi chegou sem algemas à sede do Gaeco e não disse nada.

encerramento do inquérito policial. Sobre o depoimento de José Aparecido Camargo, o delegado afirmou que ele “tentou dar a sua versão dos fatos” e que as declarações devem ser “confrontadas com outras provas”.

Camargo conversou rapidamente com repórteres e fez uma metáfora. Disse que “reputação é mais ou menos como um travesseiro de penas”. “Depois que abre e joga tudo ao vento, como é que você recupera depois?”.

HABEAS CORPUS

Ontem, o Superior Tribu-

nal de Justiça (STJ) concedeu os primeiros habeas corpus aos presos na Operação Publicano. Até o começo da noite, quatro haviam conseguido o benefício, todos auditores fiscais: Laércio Rossi, Marco Antônio Bueno, Milton Digicacomo e Gilberto Favato.

O promotor Renato Lima Castro afirmou que a decisão do STJ vai “na contramão do momento do País, em que presos do colarinho branco estão sendo mantidos presos, sobretudo quando partícipes de uma organização criminosa”.

HOSPITAL DE CLÍNICAS

MP pede pra voltar

Da Redação

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou que os técnicos-administrativos que trabalham no Hospital de Clínicas (HC), em Curitiba, nos setores de terapia intensiva, retornem ao trabalho até a tarde de hoje. A recomendação será votada hoje pelos servidores, que entraram em greve no dia 29 de maio.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Paraná (Sinditest-PR),

os servidores reivindicam reajuste salarial de 27%, contratação de novos profissionais, fim de plantões adicionais e melhores condições de trabalho.

A recomendação do MPF é pra que todos os leitos da UTI Adulta, Unidade de Terapia Semi-Intensiva Adulta, UTI Neonatal, UTI Neonatal de Risco Intermediário, UTI Pediátrica e da UTI Cardíaca voltem a funcionar até hoje. O Sinditest-PR diz que as unidades estão com o funcionamento mínimo de 30%, como prevê a legislação em caso de greve em serviços essenciais.

TRIBUNA DO PARANÁ

Maioridade penal depende do crime

Após acordo entre o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e a bancada do PSDB, o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos, deputado Laerte Bessa (PR-DF), anunciou ontem mudanças no relatório que vai à votação na comissão especial.

No novo texto, Bessa retira a consulta popular por referendo e propõe que a maioridade a partir de 16 anos valha para casos de crimes hediondos (como estupro e sequestro), homicídio doloso (com intenção de matar), roubo qualificado e lesão corporal grave seguida de morte.

O deputado esteve reunido durante toda a manhã na liderança do PMDB antes de anunciar as retificações. “Nosso relatório precisa melhorar para que possamos aprovar em plenário”, disse. O novo parecer não prevê a possibilidade de o Ministério Público avaliar cada caso.

O relator chegou à conclusão de que não existe necessidade de referendo porque há apoio popular à redução da maioridade penal. “Pesquisas populares já nos dão o conhecimento suficiente de saber que o povo brasileiro quer a redução da maioridade penal”, justificou. A previsão é levar o tema a votação em plenário no dia 30 deste mês.

18 JUN 2015

PENSÃO

A Justiça determinou que duas mulheres dividam a pensão por morte de um segurado. Uma era a esposa e outra tinha um caso

extraconjugual com ele. A decisão é da Turma Regional de Uniformização (TRU) dos Juizados Especiais Federais (JEFs) da 4.ª Região. Pra amante, o “concubinato impuro” não tiraria dela o direito ao benefício. A ação havia sido negada pela 2.ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul. A mulher, então, ajuizou pedido de uniformização de jurisprudência com prevalência do entendimento do 2.ª Tribunal Regional de Santa Catarina, que concedeu pensão em caso semelhante. A TRU julgou procedente o pedido de uniformização, concluindo que em casos de coexistência de relação conjugal e extraconjugual, tanto esposa como companheira devem receber a pensão. As informações foram divulgadas pelo Tribunal Regional Federal da 4.ª Região ontem. (AE)

18 JUN 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Comissão aprova reduzir maioridade penal

Jovens responderiam a partir dos 16 anos em homicídios



Deputados federais aprovaram nesta quarta-feira (17) por 21 votos a seis, em comissão especial na Câmara, a redução da maioridade penal para 16 anos em caso de crimes graves. A Proposta de Emenda à Cons-

tituição (PEC) seguirá para votação no plenário da Casa.

Pelo relatório aprovado, somente serão considerados imputáveis os menores de 18 anos e maiores de 16 que cometerem crimes hediondos ou outros delitos graves:

homicídio doloso, lesão corporal grave, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte. A proposta prevê que os jovens devem cumprir a pena separados dos maiores de 18 anos e dos internos inimputáveis. ■

NOTAS POLÍTICAS

Fiscal solto

O auditor fiscal Marco Antonio Bueno acaba de ser liberado por habeas corpus concedido pelo Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. Ele foi preso com outros fiscais na Operação Publicano, do Gaco de Londrina. A decisão deve ser estendida a todos os demais indiciados.

Lemos perde no TSE

O tribunal negou recurso apresentado pelo deputado Professor Lemos (PT) no processo que pede a cassação do mandato do prefeito de Cascavel, Edgar Bueno (PDT). Os embargos de declaração questionavam uma decisão do mesmo TSE, do final de abril, que decidiu por manter o atual prefeito no cargo.